



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA MINERAÇÃO

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

O presente Mapa de Riscos foi elaborado conforme as diretrizes do art. 18, inciso VIII, art. 42 e art. 147 da Lei nº 14.133/2021, bem como as boas práticas de gestão de riscos recomendadas pela SEGES/ME e pelos órgãos de controle, com vistas a identificar, classificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à contratação de serviços técnicos especializados de consultoria jurídica, técnica e institucional no âmbito da Secretaria de Estado de Mineração (SEMIN).

O mapeamento abrange riscos técnicos, jurídicos, administrativos, operacionais e financeiros, bem como fatores externos que possam impactar a execução contratual.

1. MATRIZ DE RISCOS

A seguir, apresenta-se a matriz contendo a classificação dos riscos:

Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas de Mitigação / Contingência	Responsável pela Mitigação
Técnico	Entregas técnicas incompletas, insuficientes ou em desacordo com o escopo	Média	Alta	Alto	Fiscalização contínua; validação técnica mensal; devolução para ajustes	Fiscal Técnico / Gestor
Técnico	Falta de alinhamento metodológico entre a contratada e a SEMIN	Média	Média	Médio	Reuniões periódicas de alinhamento; definição clara de metodologia no início do contrato	Gestor do Contrato





Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas de Mitigação / Contingência	Responsável pela Mitigação
Técnico	Dificuldade de acesso da contratada a informações internas necessárias	Baixa	Alta	Médio	Portaria de acesso; organização interna de documentos; indicação de ponto focal da SEMIN	SEMIN
Operacional	Atraso na entrega dos produtos mensais	Média	Alta	Alto	Cronograma detalhado; emissão de Ordens de Serviço com prazos definidos; acompanhamento semanal	Contratada Gestor
Operacional	Rotatividade de profissionais na equipe da empresa contratada	Média	Alta	Alto	Exigir manutenção da equipe-chave; substituições condicionadas à aprovação da SEMIN	Contratada
Operacional	Falhas de comunicação entre SEMIN e contratada	Média	Média	Médio	Fluxo formal de comunicação; reuniões quinzenais; atas e registros formais	SEMIN Contratada
Financeiro	Atraso no pagamento pela SEMIN	Baixa	Alta	Médio	Planejamento orçamentário anual; reserva de dotação; monitoramento financeiro mensal	Sector Financeiro SEMIN
Financeiro	Variações de custo ou solicitação de reajuste indevido	Baixa	Média	Baixo	Aplicar IGPM/IPCA conforme contrato; negar reajustes fora do índice legal	SEMIN
Jurídico	Questionamento da inexigibilidade por órgãos de controle	Baixa	Alta	Médio	Robustecer justificativa técnica; manter documentação comprobatória de notória especialização; parecer jurídico sólido	Procuradoria SEMIN
Jurídico	Inexecução parcial ou descumprimento contratual	Baixa	Alta	Médio	Aplicação de penalidades; notificação formal; possibilidade de rescisão; substituição de profissionais	Gestor do Contrato
Estratégico	Baixa absorção do conhecimento pela equipe da SEMIN	Média	Alta	Alto	Realização de capacitações; registro de procedimentos; criação de manuais internos	SEMIN Contratada





Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas de Mitigação / Contingência	Responsável pela Mitigação
Estratégico	Mudanças na gestão pública impactando o andamento do contrato	Média	Média	Médio	Amarração técnica no planejamento; documentação robusta; comunicação institucional	SEMIN
Imagem Institucional	Divulgação indevida de informações sigilosas ou estratégicas	Baixa	Alta	Médio	Cláusulas de confidencialidade rígidas; controle de acesso; responsabilização civil e administrativa	SEMIN / Contratada
Externo	Mudanças normativas (ANIM, IBAMA, TCE/AP, SEFAZ)	Média	Média	Médio	Monitoramento regulatório contínuo; atualização de pareceres; rápida adaptação técnica	Contratada
Externo	Instabilidade política ou econômica que impacte a execução	Baixa	Média	Baixo	Ajustes no cronograma; priorização de entregas essenciais	SEMIN

2. ANÁLISE DETALHADA DOS RISCOS

2.1 Riscos Técnicos

- Decorrem da própria natureza do objeto, que exige elevado grau de especialização.
- A complexidade técnica pode gerar retrabalho, divergências metodológicas e produtos inadequados.
- Mitigação: reuniões de alinhamento, equipes técnicas fixas, acompanhamento próximo.

2.2 Riscos Operacionais

- Relacionados a prazos, qualidade das entregas e organização interna.
- Afeta diretamente o desempenho contratual.
- Mitigação: cronograma, Ordens de Serviço, fiscalização ativa.

2.3 Riscos Jurídicos





- Envolve aspectos legais da contratação por inexigibilidade.
- Podem resultar em questionamentos de órgãos de controle.
- Mitigação: documentação robusta, parecer jurídico consistente, comprovação de notória especialização.

2.4 Riscos Financeiros

- Associados a eventuais atrasos nos pagamentos ou discussões sobre reajuste.
- Mitigação: dotação orçamentária garantida, controle financeiro mensal.

2.5 Riscos Estratégicos e Institucionais

- Relacionados à finalidade maior da contratação: fortalecimento técnico da SEMIN.
- Mau gerenciamento pode comprometer todo o investimento.
- Mitigação: capacitação, transferência de conhecimento, relatórios de desempenho.

]

3. PLANO DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO

A gestão de riscos será contínua, com reavaliação mensal pelo Gestor e Fiscal do Contrato, com base em:

- Relatórios mensais de execução
- Indicadores de resultado
- Reuniões formais de avaliação
- Controle documental
- Registro de não conformidades

Casos de risco elevado deverão ser registrados em Relatório de Risco Específico, com plano de ação imediato.

4. CONCLUSÃO DO MAPA DE RISCOS





O conjunto de riscos identificados demonstra que a contratação, apesar de envolver serviços de alta complexidade técnica, é **plenamente controlável**, desde que observadas as medidas de mitigação propostas. Todos os riscos foram avaliados como **aceitáveis**, desde que haja:

- Fiscalização contínua,
- Acompanhamento técnico estruturado,
- Comunicação formalizada,
- Documentação robusta,
- Gestão ativa do contrato.

O mapa de riscos integra o processo administrativo e atende às exigências legais da Lei 14.133/2021 para contratações diretas por inexigibilidade.

Macapá/AP, 26 de novembro de 2025.

Luciano da Costa Santos Araújo - NGCC

